

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO,  
EDUCAÇÃO E INCLUSÃO ESCOLAR – UAB/UnB**

**INCLUSÃO NA ÁREA DA DEFICIÊNCIA VISUAL NA PERSPECTIVA  
DOS PROFESSORES E ALUNOS**

**Glauciane de Sousa Neves Bukvar**

Dr<sup>a</sup> Fatima Ali Abdalah Abdel Cader-Nascimento  
ORIENTADORA

BRASÍLIA/2011

**GLAUCIANE DE SOUSA NEVES BUKVAR**

## **INCLUSÃO NA ÁREA DA DEFICIÊNCIA VISUAL NA PERSPECTIVA DOS PROFESSORES E ALUNOS**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em  
Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão, da  
Faculdade UAB/UNB - Pólo de Ceilândia. Orientadora:  
Professora Dr<sup>a</sup>. Fatima Ali Abdalah Abdel Cader-  
Nascimento

BRASÍLIA/2011

## **TERMO DE APROVAÇÃO**

**GLAUCIANE DE SOUSA NEVES BUKVAR**

### **INCLUSÃO NA ÁREA DA DEFICIÊNCIA VISUAL NA PERSPECTIVA DOS PROFESSORES E ALUNOS**

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar – UAB/UnB. Apresentação ocorrida em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2011.

Aprovada pela banca formada pelos professores:

---

Professora Dr<sup>a</sup>. Fatima Ali Abdalah Abdel Cader-Nascimento  
(Orientador)

---

Professora Mestre Ieda Maria da Silva Moraes  
(Examinador externo)

---

Glauciane de Sousa Neves Bukvar  
(Cursista)

BRASÍLIA/2011

## **DEDICATÓRIA**

A Deus, autor e consumidor da minha fé!

“Porque Dele por meio Dele e para Ele são todas as coisas. A Ele, pois, a glória eternamente amém.”

(Rm. 11:36)

## **AGRADECIMENTOS**

A minha mãe, Vitória, que sempre me apoiou e incentivou, e me mostrou que não devemos nunca desistir e nem nos render;

Ao meu amado esposo e amigo, Dilson, que me compreendeu nas horas de estudo e acima de tudo me deu amor nos momentos difíceis;

Ao meu filho querido Matheus, “vida de minha vida, alma de minha alma, presente de amor sem fim”;

A minha orientadora Dra. Fatima A. A. A. C. Nascimento, que pacientemente e dedicadamente me ajudou e incentivou a todo instante;

A todos os profissionais da escola participante bem como aos alunos e familiares que tão prontamente contribuíram neste trabalho;

A Universidade Aberta juntamente com a Universidade de Brasília por proporcionar o crescimento dos profissionais da educação;

Ao Governo do Distrito Federal e a Secretaria de Estado de Educação do DF por acreditar e incentivar o crescimento de seus profissionais.

## **SUMÁRIO**

<b>RESUMO</b>	<b>08</b>
<b>APRESENTAÇÃO</b>	<b>09</b>
<b>I – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b>	<b>11</b>
<b>II – OBJETIVOS</b>	<b>20</b>
<b>III – METODOLOGIA</b>	<b>21</b>
<b>IV – RESULTADOS E DISCUSSÃO</b>	<b>30</b>
<b>V – CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>37</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>39</b>
<b>APÊNDICES</b>	
A – Entrevista Estruturada dos Professores	<b>41</b>
B – Entrevista Estruturada dos alunos	<b>43</b>
C – Roteiro de Observação	<b>44</b>
D – Respostas dos questionários dos professores	<b>45</b>
E – Respostas dos questionários dos alunos	<b>47</b>
<b>ANEXOS</b>	
A- Carta de Apresentação – Escola (Modelo)	<b>49</b>
B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Professor (Modelo)	<b>50</b>
C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Pais (Modelo)	<b>51</b>

## **LISTA DE QUADROS E FIGURAS**

### **LISTA DE FIGURA**

<b>Figura 1 – Croqui da escola participante</b>	<b>24</b>
---	-----------

### **LISTA DE QUADROS**

<b>Quadro 1 - Características dos professores participantes</b>	<b>25</b>
<b>Quadro 2 - Características dos alunos deficientes visuais participantes</b>	<b>25</b>
<b>Quadro 3 - Percepção a cerca da inclusão</b>	<b>30</b>
<b>Quadro 4 - Do preparo para se trabalhar com alunos com deficiência visual.</b>	<b>32</b>
<b>Quadro 5 - Sugestões dos professores participantes</b>	<b>33</b>
<b>Quadro 6 - Percepções a cerca da inclusão – estudantes participantes</b>	<b>34</b>
<b>Quadro 7 - Sugestões – estudantes participantes</b>	<b>36</b>

## RESUMO

Este estudo teve como objetivo compreender como ocorre o processo de inclusão de alunos com deficiência visual em uma escola regular na perspectiva dos alunos com deficiência visual (baixa visão e cegueira congênita) e dos professores regentes. Para tanto, foi realizada uma pesquisa em uma escola regular da Região Administrativa III da rede pública do Distrito Federal. Participaram desse trabalho dois alunos deficientes visuais (um com baixa visão cursando o 3º ano do Ensino Fundamental 9 anos e outro com cegueira, cursando o 4º ano do Ensino Fundamental 9 anos) e dois professores regentes que possuem alunos com essa deficiência em suas turmas regulares. O instrumento utilizado para coleta dos dados foram duas entrevistas estruturadas, sendo uma destinada aos alunos e outra aos professores e um roteiro de observação das atividades desenvolvidas em sala de aula. Os dados obtidos indicam que apesar da inclusão de estudantes com deficiência visual ser algo benéfico tanto na perspectiva dos estudantes como na dos professores, o trabalho pedagógico destinado aos alunos ainda é deficitário bem como o acompanhamento psicológico necessário a eles. Foi percebido que os professores sentem-se despreparados. Evidenciou-se ainda: 1) melhor inclusão do aluno com cegueira, uma vez que o mesmo possui amigos na turma e consegue acompanhar o conteúdo; 2) a escolha voluntária por parte da professora desse aluno em se trabalhar com essa turma inclusiva favoreceu a integração do aluno com deficiência e os demais; 3) as dificuldades do aluno com baixa visão esta relacionada ao fato de seu ritmo de aprendizagem (mais lento) ser distinto dos demais colegas; 4) as dificuldades do aluno com baixa visão em estabelecer vínculos com outros alunos e profissionais da escola; 5) ambos os professores buscam apoio junto à sala de recursos de deficientes visuais. Com base neste estudo é possível concluir que se faz necessário um trabalho diferenciado e distinto no que se refere à inclusão dos alunos com baixa visão e com cegueira na escola; pois para o aluno com cegueira não há alteração no diagnóstico e de atendimentos, ou seja, para esse, utilizam-se instrumentos específicos somente para cegos (Braille, soroban, etc.), mas para o aluno com baixa visão há variações de diagnósticos, procedimentos didáticos, pedagógicos e de materiais, além da presença de preconceitos por parte dos professores, resultante da falta de conhecimentos das especificidades desse grupo (baixa visão).

**PALAVRAS CHAVES:** inclusão escolar, deficiência visual



## APRESENTAÇÃO

A Declaração de Salamanca (1994) relata que é direito de todos os indivíduos a educação, independentemente das diferenças individuais. No Brasil desde a década de 90 é que a inclusão está presente no sistema educacional brasileiro, a Constituição Federal de 1988, no Capítulo II, Seção I, Artigo 205, relata que “a educação, direito de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade (...)”. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) - 9.394/96 destaca a importância e urgência de promover-se a inclusão educacional como elemento formador da nacionalidade. Os sistemas educacionais federais, estaduais e municipais, têm se empenhado no sentido de operacionalizar os dispositivos legais que amparem a inclusão escolar.

Segundo Mantoan (2005, p. 02), “a escola inclusiva acolhe todas as pessoas” e a inclusão propicia a todos que são discriminados seja pela deficiência, credo, cor, classe social ou qualquer outro motivo, a plena ocupação de seu próprio espaço na sociedade.

A escola é um sistema onde se agregam essas mais variadas culturas, com suas histórias, particularidades, necessidades e anseios. A inclusão escolar então trabalha dentro dessa diversidade que constitui esse universo, proporcionando o crescimento mútuo e a formação de indivíduos conscientes de seu papel.

Em consonância com essa proposta inclusiva a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEEDF, em conformidade com o Ministério da Educação, procura oferecer em suas unidades de ensino o atendimento aos alunos com deficiência visual, cegos ou com baixa visão.

Sou professora concursada da SEEDF a cerca de 13 anos, desses, 12 anos e meio dentro do ensino especial, mas especificamente dentro de Centros de Ensino Especial, trabalhando com a deficiência múltipla e com deficiência visual. A nove anos estou em sala de recursos de deficientes visuais e por conviver com estudante sem e com essa deficiência, com familiares e com professores regentes que lecionam em classes regulares que possuem alunos com essa característica percebo e vivencio todos os dias os dilemas, as conquistas e os entraves que os alunos, familiares e a própria escola tem experimentado nessa caminhada de inclusão do deficiente visual em escolas regulares da rede pública de ensino.

Buscando, portanto, compreender como ocorre o processo de inclusão do deficiente visual na perspectiva dos professores e do próprio aluno, realizou-se esse estudo em uma escola regular na RA III da rede pública do Distrito Federal.

Assim sendo, o presente trabalho foi elaborado e organizado em três partes. A primeira refere-se à fundamentação teórica que foi subdividida em tópicos e subtópicos, a segunda parte refere-se à descrição do método e a terceira parte voltada para a análise e discussão dos resultados.

A primeira parte refere-se a educação inclusiva com pontos relevantes, tratando ainda do aluno com deficiência e do aluno com deficiência visual, fala ainda do atendimento educacional especializado ao deficiente visual e fazendo referencia a esse atendimento oferecido no Distrito Federal. A segunda parte é apresentado o método desse estudo. Adotou-se uma pesquisa de natureza qualitativa. Nesta parte ainda estão descritos os sujeitos, o local, os instrumentos, os procedimentos de construção dos dados, os procedimentos de análise dos dados e os materiais utilizados.

A apresentação dos resultados bem como a sua discussão consta na terceira parte desta monografia.

Por fim, nas considerações finais estão descritas as minhas interpretações percebidas ao longo desse estudo, tendo como base os dados colhidos e as minhas análises e ponderações.

## **I- FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **1.1 - Educação inclusiva**

Até algumas décadas atrás o atendimento de pessoas com deficiência estava restrito a dois lugares distintos: os centros de ensino especial e as instituições outras destinadas a esses serviços, ou seja, o ensino regular tinha pouca ou nenhuma conexão entre esse ensino oferecido aos deficientes.

A preocupação de uma unificação entre o ensino oferecido nos centros e o ensino ministrado nas escolas regulares já se manifestava em estudos europeus desde muito cedo, já na década de 60 haviam escritos sobre tal assunto. Dentro de uma perspectiva que visava uma integração dos atendimentos oferecidos.

A educação especial já não estava sendo considerada como uma educação paralela, segregada ou diferente da regular, mas como o conjunto de ações e medidas que a escola regular poria ao dispor como instrumento de uma resposta adaptada à diversidade dos alunos (adaptações curriculares).

Se recorrermos à história da humanidade perceberemos que o deficiente sofreu as mais diversas formas de tratamento; desde o isolamento até a própria aniquilação. Nessa longa caminhada de busca de seu espaço na sociedade muito já se realizou ou já se conquistou. Com as mudanças sociais, culturais, políticas, religiosas propiciaram a essa parcela marginalizada e excluída a oportunidade de voz ativa e participação e presença em todos os seguimentos sociais.

Exemplificando a situação, podemos citar a Espanha que no seu projeto para reforma do sistema educativo é um exemplo desse novo pensamento de inclusão do indivíduo com deficiência. A adoção de modalidades de integração dessas pessoas no meio social e cultural era uma premissa. No projeto de reforma educacional espanhol a escolarização em centros ou em unidades de educação especial só seria adotada se as necessidades desses indivíduos não pudessem ser atendidas numa escola regular, ou seja, se pelas características do indivíduo, requeressem apoio e serviços especiais que só poderiam ser oferecidos nos referidos centros. Mas tal decisão teria sempre como base a avaliação psicopedagógica e tendo como norteador que sempre que possível o melhor meio escolar seria o da escola regular.

Mas quando falamos em necessidades educacionais especiais significa pensar que o educando ao longo de sua vida acadêmica, exige atenção mais específica e maiores recursos

educacionais necessários a sua aprendizagem, portanto como diz Coll, Palácios, Marchesi (1995):

A escola tem que se flexibilizar para que possa acolher uma diversidade de alunos com diferentes interesses, motivações e capacidades de aprender. Em suma, é a escola que deve adaptar-se à criança e não o contrário, como ocorreu até agora (p. 307).

Para Goffredo (1999), a escola é a principal instituição responsável por tal processo e deve considerar como sendo um desafio seu, o sucesso de todos os seus alunos, sem exceção. Segundo Alarcão (2003, p. 25), o professor, não pode agir isoladamente, a escola deve organizar-se de forma a criar condições de refletividade críticas individuais e coletivas. Justifico a realização deste trabalho pela necessidade de mostrar que os alunos com deficiência visual precisam de recursos necessários para ajudá-los a adquirir os saberes e as habilidades essenciais para a sua autonomia e plena participação e inclusão na sociedade.

Seguindo o raciocínio supramencionado justifico a realização deste trabalho pela necessidade de mostrar que os alunos com deficiência visual precisam de recursos necessários para ajudá-los a adquirir os saberes e as habilidades essenciais para a sua autonomia e plena participação e inclusão na sociedade. Assim sendo, a escola deve oferecer os instrumentos aos educandos para viabilizar condições adequadas de acesso ao conhecimento e conseqüentemente a aprendizagem com repercussões na perspectiva sócio-histórica no seu desenvolvimento.

Dessa forma, então a escola possibilitará a todo estudante as mesmas condições de igualdade, e tal instrumento é um dos pilares da formação humana e da socialização do indivíduo. E tendo essas premissas norteadoras, na inclusão escolar o professor exercerá um papel de mediador e incentivador da construção do conhecimento, por meio de suas ações de interação com todos os estudantes.

Somos indivíduos plurais e nossas convivências e ambientes são de iguais formas plurais, e em razão dessa própria natureza a educação escolar não poderá ser diferente, nem pensada ou realizada de outra forma se não com base na idéia de uma formação integral do educando, considerando as suas capacidades e seus talentos, com um ensino participativo, solidário e acolhedor.

O conceito de escola inclusiva conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001, p. 40):

“implica uma nova postura da escola comum, que propõe no projeto político pedagógico, no currículo, na metodologia de ensino, na avaliação e na atitude dos educandos, ações que favoreçam a integração social e sua opção por práticas heterogenias. A escola capacita seus professores, preparam-se,

organizam-se e adaptam-se para oferecerem uma educação de qualidade para todos, inclusive, para os educandos com necessidades especiais [...]”

A escola inclusiva defende uma escola com ensino regular independente da condição física, sensorial, intelectual, emocional social, linguística ou cultural. Certos de que a aprendizagem das pessoas com deficiência requer um olhar diferenciado, com um ensino voltado para as singularidades e potencialidades desse indivíduo, buscando dessa maneira, uma formação global e completa desse grupo social e sua participação efetiva na sociedade.

A educação inclusiva garante a todos o pleno cumprimento do direito constitucional do acesso e permanência ao Ensino Fundamental, pois promove e requer uma organização pedagógica das escolas bem como faz jus a práticas de ensino que atendam às diferenças entre os estudantes, sem contanto discriminar, beneficiando a todos com o convívio e crescimento na diversidade.

## **1.2 - Alunos com deficiência**

A Conferência Mundial de Educação Especial (BRASIL, 1994), e com base nas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, conforme parecer nº 17/2001, do qual foi aprovada em 03.07.2001, ressalta a idéia de que “todas as crianças, sempre que possível, possam aprender juntas, independentemente de suas dificuldades e diferenças...” desta forma todo educando com deficiência deve receber apoio/acompanhamento para garantir uma educação de qualidade.

Nas Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica, (BRASIL, 2001, p.43), deficiência refere-se a:

[...] qualquer perda ou anormalidade da estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, podendo resultar numa limitação ou incapacidade no desempenho normal de uma determinada atividade independentemente da idade, sexo, fatores sociais e culturais [...]

A Declaração de Salamanca faz ainda algumas considerações de suma importância acerca da importância/papel da escola nesse processo inclusivo do deficiente, ela assim ressalta:

“As Escolas regulares, que possuem tal orientação inclusiva, constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias, criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provêm uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o curso da eficácia de todo o sistema educacional.” (BRASIL, 1994, p. 9)

A escola assim assume um importante papel na luta pela igualdade de oportunidades e de espaços democratizados a todos os cidadãos, não só os deficientes, mas todos os indivíduos que por questões de raça, de credo, de cultura, questões econômicas e outros, não conseguem se fazer ouvir. A escola surge assim como um arauto da dignidade e respeito humano, na busca do pleno desenvolvimento e do acesso a todos os recursos da sociedade.

### 1.2.1 - Alunos com Deficiência Visual

Estudantes com deficiência visual apresentam características próprias e diferentes dos demais alunos, no que tange ao domínio das aprendizagens curriculares correspondentes à sua idade, sendo, portanto, importante a adoção de recursos pedagógicos específicos para que estes conhecimentos curriculares sejam assimilados.

Segundo o MEC em “Os Saberes e Práticas da Inclusão – recomendações para a construção de escola inclusiva” (BRASIL, 2005, p. 45) deficiência visual seria entendida como sendo:

[...] a redução ou perda total da capacidade de ver com o melhor olho e após a melhor correção ótica. Manifestando-se de duas formas: cegueira e baixa visão ou visão reduzida. Cegueira que sob o enfoque educacional, representa a perda total ou o resíduo mínimo da visão que leva o indivíduo necessitar do Sistema Braille como meio de leitura e escrita, além de outros recursos didáticos e equipamentos especiais para a sua educação. A baixa visão ou visão reduzida seria a acuidade visual dentre 6/20 e 6/60 no melhor olho após correção máxima, que sob o enfoque educacional, trata-se de resíduo visual que permite ao educando ler impressos à tinta, desde que se empreguem recursos didáticos e equipamentos especiais.

Verifica-se nesse conceito que a deficiência visual caracteriza-se por dois grandes grupos, os cegos e aqueles com baixa visão. A escola como um espaço democrático e aberto que recebe em seu seio as mais diversas ideias, etnias, culturas; diferenças sociais, linguísticas e econômicas necessita se adequar para receber essa população. Apesar de toda essa diversidade, ainda são muitas as limitações provenientes da falta de incentivo (baixos salários) do profissional da área da educação e de recursos financeiros necessários para a promoção da aquisição de materiais pedagógicos e a manutenção e conservação do ambiente escolar.

Para que o indivíduo com deficiência visual sinta-se verdadeiramente incluído se faz necessário que se considere a sua individualidade. E para que isso ocorra é importante que a escola tenha um profundo conhecimento sobre a constituição humana, em sua totalidade – constituição física, afetividade, pensamentos e valores. É indispensável que haja um diálogo entre todas as áreas do conhecimento permeado por um equilíbrio entre a ação e a reflexão

para que dessa forma possa-se conhecer e se trabalhar as possibilidades e potencialidades desses indivíduos.

### **1.3 - O Atendimento Educacional Especializado ao Deficiente Visual**

Todos os alunos, independentes de sua condição física, sensorial, econômica, emocional, cultural, social, étnica, intelectual ou biológica, poderão em determinado momento de suas vidas acadêmicas, apresentarem alguma necessidade educacional e, em geral, os professores podem recorrer a diferentes estratégias para que assim consiga ajudar esses alunos em questão. No entanto, existem necessidades educacionais que requerem da instituição escolar recursos e apoio de caráter mais especializado, que possibilite assim a esse grupo, meios de acesso ao currículo tal postura, trabalha com o princípio da flexibilidade, para que o acesso ao currículo seja adequado às condições dos estudantes, respeitando suas especificidades e favorecendo seu progresso escolar.

Nos últimos anos, várias ações e movimentos nacionais e internacionais labutaram no sentido de buscar uma normatização para uma política de integração e de educação inclusiva. Tendo como principal referencia a Declaração de Salamanca (BRASIL, 1994) muitas foram os pontos que levaram a sociedade como um todo a refletir sob as mudanças necessárias visando romper com a realidade discriminatória que até então perdurava em todos os segmentos sociais em todo o mundo.

Dentre as mudanças necessárias para uma educação de todos e para todos foi à criação de um atendimento educacional especializado. Ele assim foi gerado como forma de garantir que sejam reconhecidas e atendidas as particularidades de cada aluno com deficiência. Na publicação feita pela Procuradoria Federal pelos Direitos do Cidadão intitulada como: “O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular” (BRASÍLIA, 2004, p 11) define como matérias do atendimento educacional especializado:

“Língua brasileira de sinais (Libras); interpretação de Libras; ensino de Língua Portuguesa para surdos; Sistema Braille; orientação e mobilidade; utilização do soroban; as ajudas técnicas, incluindo informática adaptada; mobilidade e comunicação alternativa/aumentativa; tecnologias assistivas; informática educativa; educação física adaptada; enriquecimento e aprofundamento do repertório de conhecimentos; atividades da vida autônoma e social, entre outras.”

A escola ao viabilizar a inclusão de estudantes com necessidades especiais deverá, segundo orientações presentes nas “Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na

Educação Básica” (BRASIL, 2001, p. 47), promover a organização de classes comuns e de serviços de apoio pedagógico especializado. Esses devem ocorrer dentro da escola e abarcam profissionais atuando em diferentes funções e locais. Profissionais em classe comum, em salas de recursos, na itinerância e atuando com professores-interpretes (para alunos surdos e surdos-cegos).

A inclusão de alunos com deficiência visual, em escolas regulares, em conjunto com a família, poderão desempenhar importante papel no processo de desenvolvimento, aprendizagem e participação social dos mesmos. O deficiente visual, como os demais estudantes, apresentam inúmeras possibilidades. Entretanto, diferentemente dos demais, têm especificidades no que se refere a recursos pedagógicos, para as quais precisa de apoio e acompanhamento especializado.

A inclusão será, então, viabilizada na educação Básica, cabendo à escola regular garantir o acesso e permanência não só de alunos com deficiência visual mais todo aquele com necessidades educacionais especiais, apoiando-os, e aos seus professores, para que tenham acesso à aprendizagem.

Segunda a publicação feita pela Procuradoria Federal pelos Direitos do Cidadão intitulada como: “O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular” (BRASÍLIA, 2004, p 26) em caso de deficiência visual:

“[...] a escola deve providenciar para o aluno, após a sua matrícula, o material didático necessário, como regletes, soroban, além do ensino do código Braile e de noções sobre orientação e mobilidade, atividades de vida autônoma e social. Deve também conhecer e aprender a utilizar ferramentas de comunicação, que por sintetizadores de voz possibilitam aos cegos escrever e ler, via computadores. É preciso, contudo, lembrar que a utilização desses recursos não substituem o currículo e as aulas nas escolas comuns de ensino regular. Os professores e demais colegas de turma desse aluno também poderão aprender o Braile, assim como a utilizar as demais ferramentas e recursos específicos pelos mesmos motivos apresentados no caso de alunos surdos ou com deficiência auditiva.”

O estudante com deficiência visual ainda poderá contar com os serviços oferecidos em sala de recursos, de cunho pedagógico, realizado por professor especializado, sendo um serviço de complementação do atendimento educacional oferecido em classe comum. Esse atendimento, segundo orientações previstas no Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008, deverá ser realizado em local devidamente equipado, e com recursos pedagógicos específicos e adequados a esses discentes, podendo estender-se a alunos de outras escolas. Segundo esse decreto a União prestará o apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com a finalidade de ampliar a oferta de



atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência. Esse apoio técnico e financeiro do Ministério da Educação será manifesto por meio da implantação de salas de recursos multifuncionais; pela formação continuada de professores para o atendimento educacional especializado; pela formação de gestores e demais profissionais da escola para a educação inclusiva; pelas adequações arquitetônicas de prédios escolares; pela elaboração, produção e distribuição de recursos educacionais para a acessibilidade e pela estruturação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior.

Outro serviço oferecido aos alunos com deficiência visual é o da Itinerância, também realizado por profissional especializado e tem por destinação a orientação, supervisão pedagógica e atendimento direto ao aluno, por meio de visitas periódicas às escolas que os alunos estão matriculados.

Ainda podendo ser disponibilizado ao aluno com deficiência visual, os Centros de Ensino Especiais definido como uma instituição especializada de atendimento educacional e desenvolvimento humano desse grupo específico, com profissionais qualificados e programas e procedimentos metodológicos específicos, bem como materiais e equipamentos didáticos adequados à educação desses alunos.

Ainda fazendo parte das muitas ações desenvolvidas pelo Ministério da Educação em prol do deficiente visual, está a implantação/implementação em diferentes Estados da Federação dos Centros de Apoio pedagógicos para o Atendimento a Pessoa com Deficiência Visual – CAP, visando o acesso ao currículo bem como a permanência na escola por esses educandos com deficiência visual. Tal iniciativa é o resultado de uma parceria entre Secretaria de Educação Especial e as entidades filiadas à União Brasileira de Cegos – UBC. O projeto tem por meta a implantação de pelo menos uma unidade em cada um dos estados brasileiros a partir do ano de 1998. É constituído como um serviço pedagógico e suplementação didática e sua estrutura organizacional é composta por um núcleo de produção Braille, um núcleo de apoio didático pedagógico, um núcleo de tecnologia e um núcleo de convivência.

### **1.3.1. O Atendimento Educacional Especializado ao Deficiente Visual no Distrito Federal**

Dentre os serviços de apoio pedagógicos especializados relacionados nas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial, a rede pública do Distrito Federal disponibiliza aos seus alunos deficientes visuais os seguintes serviços, programas e recursos:

- Centro de Ensino Especial de Deficientes Visuais – CEEDV;
- Centro de apoio pedagógico para Atendimento às Pessoas com Deficiência Visual – CAP-DF;
- Salas de recursos instaladas nas escolas inclusivas;
- Serviço itinerante prestado pelo professor capacitado na área de deficiência Visual, que assiste às escolas que não dispõem de salas de recursos;
- Equipe de avaliação psicopedagógica e funcional da visão.

O Centro de Ensino Especial de Deficientes Visuais – CEEDV criado em 19/12/91 pela lei nº 203/91 e reconhecido através da portaria nº 104 de 08 11/94, é uma instituição especializada com o objetivo de promover a escolarização inicial bem como o suporte educacional especializado a todos os deficientes visuais (crianças, jovens e adultos) cegos ou com baixa visão. A escola dispõe de vários serviços e programas, dentre eles pode-se citar a estimulação precoce (que atende recém-nascidos até os 3 anos); o Atendimento Educacional Especializado (programa de educação infantil), o atendimento de jovens e adultos nos programas de reabilitação e a educação profissional – SOTER (Serviço de Orientação ao Emprego e Renda), tendo ainda os programas de complementação curricular específica. Nessa complementação estão incluídos os atendimentos de soroban, Braille, escrita cursiva, orientação e mobilidade - OM, atividades da vida autônoma – AVAs, estimulação visual, artes (música artes visuais e cênicas), digitação dentre outros. O CEEDV tem, portanto, o papel de suprir os alunos por ela atendidos com materiais didáticos, recursos técnicos e tecnológicos utilizando equipamentos especializados para a escolarização desses estudantes. Essa escola segue as mesmas orientações da Secretaria de Educação do Distrito Federal para a formação das turmas, ou seja, tem como documento norteador a estratégia de matrícula vigente no sistema educacional da Secretaria do Distrito Federal.

O Centro de Apoio Pedagógico para Atendimento às pessoas com Deficiência Visual – CAP-DF inaugurado em 17/04/01, diferentemente do que acontece nas outras federações esta vinculado diretamente ao CEEDV e não mais a Diretoria de Ensino Especial - DEE tem como objetivo a produção de livros didáticos e paradidáticos para todos os alunos e comunidade no Distrito Federal, atuando ainda no suporte pedagógico (atendimento) e didático pedagógico às salas de recursos e ao serviço de itinerância. Realiza ainda a transcrição do material do Braille/tinta e tinta/Braille por meio da impressão em Braille e do tipo ampliado, realizando ainda cursos. Além dessa produção e suporte aos profissionais da sala de recursos/itinerância o profissional que atua dentro do CAP realiza atendimento a alunos nas áreas de treinamento

de baixa visão – TVS; notações específicas em Braille – NEB (matemática, química e física); escrita cursiva, e outros atendimentos.

As salas de recursos de deficientes visuais apresentam um serviço de natureza pedagógica, realizado por profissional especializado. Segundo documento publicado sob o título “Sala de Recursos Multifuncionais: Espaço para Atendimento Educacional Especializado” (BRASIL, 2006, p. 27) tal atendimento e espaço:

“[...] deverá possibilitar o desenvolvimento das atividades mais simples de interação com o mundo, a realização do processo de alfabetização pelo Sistema Braille ou a utilização de caracteres ampliados ou recursos específicos conforme a necessidade dos alunos com baixa visão. Também, deverá possibilitar atendimento nas áreas específicas de orientação e mobilidade, atividades da vida diária, escrita cursiva, soroban, acesso às tecnologias de informação e outros. [...] é um ambiente dotado de equipamentos e recursos pedagógicos adequados à natureza das suas necessidades e que possibilitam o acesso à informação, à comunicação, com adequações que visam facilitar a inclusão no ensino regular, em caráter complementar e não substitutivo da escolarização realizada em sala de aula.”

O atendimento educacional itinerante é um serviço de orientação e supervisão pedagógica às escolas do Ensino regular que possuem alunos com deficiência visual matriculados. Esse trabalho é desenvolvido por meio de visitas periódicas, orientando e apoiando assim os professores nas questões pedagógicas bem como no suporte em ações administrativas concernentes aos educandos em questão.

## **II – OBJETIVOS**

### **2.1. Geral**

- ✓ Compreender como ocorre o processo de inclusão de alunos com deficiência visual em uma escola regular na Região Administrativa III da rede pública do Distrito Federal.

### **2.2 . Específicos**

- ✓ Conhecer o perfil de uma escola regular que possui alunos com deficiência visual matriculados no ensino fundamental (9 anos);
- ✓ Identificar as características básicas encontradas no processo de inclusão, dentro da escola regular participante;
- ✓ Identificar a concepção dos professores regentes em classe regular em relação a inclusão ao se depararem com um aluno com deficiência visual em sala de aula.
- ✓ Fazer um comparativo entre as propostas das políticas de inclusão dos MEC e as ações que a escola participante vem desenvolvendo para a inclusão dos alunos com deficiência visual.
- ✓ Identificar as mudanças ocorridas, bem como os benefícios que a inclusão proporcionou para o aluno com deficiência visual e para toda comunidade escolar.

### **III- METODOLOGIA**

#### **3.1 - Fundamentação Teórica da Metodologia**

A função primordial da pesquisa científica é gerar conhecimento, produzir pensamentos e idéias. E esse conhecimento deve ser dialógico e dinâmico. Para que esse diálogo aconteça é preciso que haja um método. No texto “Metodologia e construção do conhecimento: contribuições para o estudo da inclusão” (BRASÍLIA, 2010, p. 79):

Portanto, o método é uma forma de pensar a produção intelectual, a produção de ideias em permanente confronto e relação com outro sistema de informação que não é só a produção do cientista, mas que vem do sujeito que está sendo estudado.

Para nortear esse método optamos por uma pesquisa de natureza qualitativa, que permite o contato direto do pesquisador com o ambiente e com os fatos que estão sendo investigados, dessa forma utilizará uma forma de aquisição do conhecimento que estará em constante construção e desconstrução por meio das multiplicidades de idéias provenientes das diversas fontes pesquisadas. É, portanto, um processo permanente de produção de conhecimento, onde cada resultado se integra, de forma constante com novas interrogações abrindo novos horizontes para a produção de conhecimento.

Os instrumentos escolhido para coleta de dados é de caráter descritivo, o que permite um leque maior de elementos e possibilidades que com a confrontação com os referenciais teóricos permitirão uma ressignificação constante dos dados.

#### **3.2 - Contexto da Pesquisa**

O presente estudo foi desenvolvido em uma escola de séries iniciais (1º ao 5º ano) do Ensino Fundamental (9 anos) na Região Administrativa III do Distrito Federal situada a 21 Km do Plano Piloto. É uma escola de médio porte. O critério de escolha dessa instituição foi por causa do funcionamento nessa escola, há pelo menos 18 anos, da sala de recursos de deficiência visual. E por ela ser a pioneira nessa regional de ensino, em receber alunos com deficiência visual.

Sua estrutura física é composta por cinco (5) blocos, um estacionamento, um pátio descoberto na entrada da escola, um parquinho cercado com alambrados e uma área livre e descoberta destinada a atividades recreativas e culturais.

Esta Unidade Pública de Ensino possui hoje um total de 567 alunos distribuídos nos turnos matutino e vespertino. No turno matutino estão matriculados 294 alunos distribuídos da seguinte forma: duas turmas de 2º ano, três turmas de 3º anos, três turmas de 4º ano, três turmas de 5º ano e uma turma de Ensino Especial / Deficiência Intelectual - DI com 10 alunos. No vespertino estão matriculados 273 alunos que estão assim distribuídos: duas turmas de 1º ano, duas turmas de 2º ano, duas turmas de 3º ano, duas turmas de 4º ano, uma turma de 5º ano e duas turmas de Transtorno Global do Desenvolvimento - TGD (uma com quatro e outra com dois alunos).

Os alunos participantes desse estudo estão matriculados em turmas regulares. O aluno com baixa visão está em uma turma regular de 3º ano no turno vespertino e o aluno com cegueira está em uma turma regular de 4º ano no turno matutino.

A escola possui matriculados e devidamente diagnosticados um total de 27 alunos ANEEs, distribuídos nos dois turnos de acordo com o nível de escolarização. E segundo a direção e a professora da sala de recurso generalista, a escola aguarda o fechamento de relatório de pelo menos mais 10 alunos.

Dos cinco blocos existentes na escola, três são reservados as salas de aula. Percebe-se que essas salas de aula são arejadas e bem iluminadas, todas elas possuem quadros brancos e estão mobiliadas com mesas e cadeiras de alunos, armário de aço de uso do professor, uma mesa e uma cadeira de professor. Cada um desses blocos possui cinco salas.

No primeiro bloco funcionam duas classes comuns (nos dois períodos, matutino e vespertino), uma classe especial / DI com 10 alunos (só no matutino) e no vespertino, nesta mesma sala, uma classe de TGD com quatro alunos, ainda funciona neste bloco uma sala de leitura, com uma profissional readaptada trabalhando 40 horas (mobiliada com estantes, mesas e cadeiras de aluno, armários, tapetes, ventiladores, aparelhos de audio-visual – TV e DVD) e uma sala onde funcionam os atendimentos de apoio a aprendizagem (uma profissional 40 horas), que apresentou em 2010 uma média de 80 atendimentos anuais, e o atendimento da sala de recursos generalista (uma profissional 40 horas) que atende um total de nove alunos. Esses dois atendimentos estão acomodados em uma mesma sala de aula dividida ao meio por uma parede de alvenaria.

No segundo bloco de sala de aulas, estão funcionando em todas as salas, nos dois turnos, turmas de classe comum.

No terceiro bloco de salas de aula, uma delas foi destinada ao laboratório de informática da escola, ressaltamos que não há nesses computadores a instalação do programa

de vocalização (DOS-VOZ ou outro) para o atendimento e uso ao aluno com deficiência visual (cego), ficando, portanto esse estudante sem acesso ao laboratório de informática. Essa sala ainda dispõe de um aparelho de ar condicionado e um total de 10 máquinas devidamente instaladas, que são utilizadas pelos alunos de acordo com horário montado pela direção da escola, juntamente com a coordenação e professores. As outras quatro salas deste bloco estão ocupadas nos dois turnos com classes comuns.

O quarto bloco é destinado à parte administrativa e pedagógica da escola, e está assim caracterizado: secretaria, que foi dividida por armários, para assim prover um espaço para o reforço escolar, dois banheiros de professores (masculino e feminino), uma sala de professores, uma sala destinada ao atendimento da orientadora educacional, esse bloco ainda dispõe de uma sala dividida por divisória separando os espaços de direção e sala do administrativo, uma outra sala destinada aos vigias mas que também é usada durante o dia como sala de reforço escolar, um pequeno depósito, uma sala maior que também foi dividida com divisória para assim atender o integral (coordenação) e monitores e a outra parte funciona no período da tarde com mais uma turma de TGD com dois alunos. Neste bloco ainda tem uma pequena sala onde até o fim de novembro de 2010 funcionou a sala de recursos de alunos com deficiência visual, mas que agora encontra-se desocupada e segundo informação da direção será destinada ao integral no ano de 2011. A sala de Recursos aos alunos com deficiência visual foi transferida, a partir do mês de dezembro do corrente ano, para outra instituição escola da mesma regional de ensino. Esta sala conta com um total de cinco (5) profissionais atendendo um público de 42 alunos matriculados em classes comuns do Ensino Regular. Os professores que ali trabalham realizam além da produção/confecção de material didático pedagógico, o atendimento aos estudantes em horário contrário ao de suas permanências em sala de aula em classe comum, exercendo ainda a função de itinerância as escolas desses estudantes. Esta sala foi contemplada no ano de 2006 com o programa do Ministério da Educação – MEC de implantação de salas de recursos multifuncionais, recebendo assim, materiais pedagógicos e de acessibilidade, para a melhoria do atendimento educacional especializado complementar a escolarização.

O quinto e último bloco funciona a cantina da escola, com um depósito e um refeitório arejado e bem iluminado, mobiliado com mesas e bancos. Ainda encontramos neste bloco dois banheiros de alunos – cada banheiro equipado por cinco lavabos e seis sanitários com portas e trancas (masculino e feminino), dentre os seis sanitários há um adaptado para deficientes físicos. Os banheiros também são bem iluminados e bem arejados e encontram-se

em bom estado. Próximo aos banheiros há uma sala reservada aos funcionários responsáveis pela limpeza da escola. Nesse local, próximo as portas dos banheiros, estão localizados dois grandes bebedouros de inox para alunos, cada um equipado com seis torneiras.

Portanto, nota-se que a escola participante dispõe de um bom espaço, e também de recursos pessoais e materiais compatíveis para que um bom atendimento/suporte ao aluno com deficiência visual seja eficiente.

**Figura 1 – Escola participante**

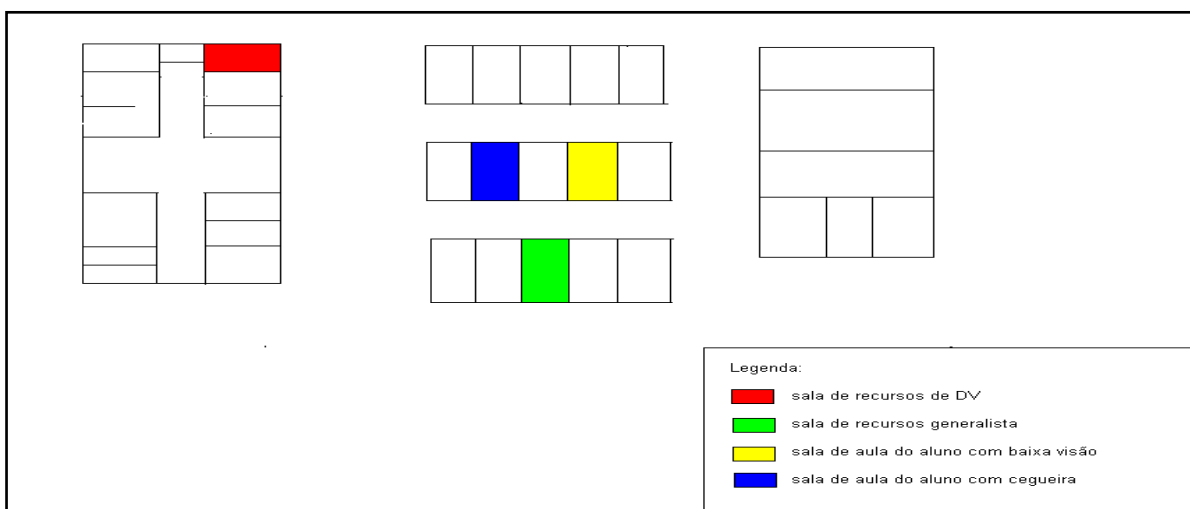


Figura: croqui da escola participante

### 3.3- Participantes

Participaram deste estudo dois professores regentes do sexo feminino, e dois alunos com deficiência visual do sexo masculino, de uma mesma escola pública do Distrito Federal situada a 21 Km de distancia de Brasília, na RA III.

Os critérios adotados para a seleção dos dois professores foi que trabalhassem com alunos com deficiência visual em classe comum do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental de 9 anos de uma escola pública da Secretaria de Educação do Distrito Federal.

Para a seleção dos alunos foram adotados os seguintes critérios: que se encontrassem devidamente matriculados na rede pública, que fossem deficientes visuais cegos ou com baixa visão devidamente diagnosticados por um especialista (oftalmologista) e com relatório / avaliação funcional da visão feita pela equipe de diagnóstico da Rede/ SEEDF, que estivessem cursando entre o 1º e o 5º ano do Ensino Fundamental (9 anos) na mesma escola dos professores selecionados, e que fossem alunos desses professores.



Tanto no caso dos professores como também os alunos, todos participaram de forma voluntária.

Os professores participantes da pesquisa foram identificados primeiramente pelo sexo, depois pela idade seguidos pelas letras bv e c, que significam respectivamente que o professor possui um estudante com baixa visão (bv) e outro cego (c). Portanto, a identificação dos professores segue a seguinte estrutura: F 44 c e F 38 bv.

De igual modo os alunos participantes também foram identificados primeiramente pelo sexo, depois a idade seguidas pelas letras bv e c, significando que um estudante é baixa visão e o outro é cego. Portanto, a identificação dos estudantes participantes ficou assim definida: M 12 bv e M 12 c.

As características básicas dos professores participantes estão no Quadro 1.

**QUADRO 1 – Características dos professores participantes**

Participantes	Formação	Tempo de SEEDF	Cursos na área do ensino especial	Tempo de atuação com alunos DVs	Cursos na área de DV	Opção de se trabalhar com turmas com alunos DVs
F 44 c	Pós-graduação em didática na educação de adultos	26 anos	Sim (Educação Inclusiva)	1 ano	Não possui	Desejo pessoal
F 38 bv	Pedagogia com pós-graduação em administração escolar	18 anos	Sim (Equoterapia)	1 ano	Não possui	Não havia outra turma

Fonte: Entrevista estruturada dos professores participantes

Verifica-se no Quadro 1 que ambas participantes são do sexo feminino, tem graduação e pós-graduação e que apesar de não possuírem cursos dentro da área de deficiência visual (DV), encontram-se trabalhando com esses estudantes, ou seja, possuem educandos com essa deficiência matriculados em suas turmas. Apesar da presença desses alunos em sala, percebe-se que há uma diferença de postura quanto à opção em se trabalhar com eles.

As características básicas dos alunos participantes encontram-se no quadro abaixo:

**QUADRO 2 – Características dos alunos deficientes visuais participantes**

Categorias	Participantes	
	Cego	Baixa visão
Idade	12	12
Série	4º ano	3º ano
Acuidade	Vultos, em ambos os olhos, sem melhora com a refração	Em ambos os olhos com correção 20/400 e com aproximação 20/125 e sem correção conta dedos a 1 metro (20/200)
Diagnóstico	Cego congênito	Atrofia do nervo óptico
Experiência em escola especial (em anos)	dois anos	um ano
Experiência em escola regular (em anos)	três anos	três anos

Fonte: Entrevista estruturada dos estudantes participantes

Nota-se pelo Quadro 2, que ambos estudantes são do sexo masculino, com a mesma idade, sendo que M 12 c está matriculado e freqüentando regularmente o 4º ano no matutino, enquanto M 12 bv está matriculado no 3º ano vespertino também freqüentando regularmente às aulas em classe regular, mas infrequente os atendimentos da sala de recursos para alunos com deficiência visual. Outro dado importante é que ambos estudaram no CEEDV e foi por meio dessa instituição que foram encaminhados a escola regular atual. Vale ressaltar que o aluno M 12 bv, segundo informações dos relatórios emitidos pela instituição especial, era também infrequente aos atendimentos oferecidos por ela. Ainda com relação a esse aluno segundo orientações contidas nos relatórios emitidos em 2008 e 2010 pela equipe de diagnóstico do CEEDV, ele deveria receber apoio pedagógico específico na área cognitiva, tendo em vista o atraso evidenciado no seu desenvolvimento cognitivo. No ano de 2009 a equipe de apoio e aprendizagem da regional a que o aluno pertence emitiu um relatório onde, o aluno apresenta potencial cognitivo acima da média considerando seu grupo social e faixa etária.

### **3.4 - Materiais**

Para realização deste trabalho foram utilizados os seguintes recursos materiais: Papel A4, papel Braille, lápis, borracha, apontador, caneta, caderno para anotações, livros, apostilas e textos e cartuchos de tinta para impressora.

Utilizaram-se ainda os seguintes equipamentos: computador, impressora a tinta, impressora Braille, pen-drive.

### **3.5- Instrumentos de Construção de Dados**

Os instrumentos que foram utilizados para a coleta de dados caracterizam-se por duas entrevistas estruturadas (uma destinada a dois professores regentes e outra a dois alunos com deficiência visual, sendo um estudante baixa visão e outro cego). Utilizou-se também outro instrumento voltado para a observação do comportamento e desempenho dos participantes, educandos, em sala de aula e durante o recreio.

A entrevista estruturada destinada aos professores regentes (Apêndice A) é composta por questões abertas e fechadas. As questões abertas abordam assuntos relacionados à

inclusão e ao atendimento estudante com deficiência visual. As questões fechadas abrangem desde a identificação pessoal, qualificação profissional como também aspectos acerca dos atendimentos, as impressões e do trabalho com o deficiente visual, bem como sobre a sua vivência numa perspectiva inclusiva. Este instrumento tem um total de 13 questões.

O instrumento destinado aos estudantes com deficiência visual (Apêndice B) também é composto por questões abertas e fechadas. As questões abertas referem-se às impressões a cerca da inclusão, o convívio dentro da escola, o atendimento oferecido a esse aluno, e as questões fechadas apresentam essa mesma temática, porém com alternativas de escolha. Essa entrevista estruturada possui um total de 11 questões.

Para um maior conhecimento da realidade vivida pelos professores e alunos, foi realizada uma observação em sala de aula pela pesquisadora, momento esse que utilizamos o roteiro de observação (Apêndice C). Essa observação aconteceu com o consentimento do professor regente e da direção da escola em dias e horários definidos por ambas as partes (pesquisadora e participantes).

### **3.6- Procedimentos de Construção de Dados**

Antes da aplicação dos instrumentos de pesquisa foi feita uma primeira visita à escola escolhida com vistas a conhecer o espaço físico, o quadro de funcionários e a estrutura e funcionamento da instituição, bem como uma primeira conversa com a direção da escola a respeito da possibilidade da escola participar do estudo. Nessa mesma ocasião foi ainda realizado um primeiro contato com os professores escolhidos e com os alunos envolvidos na pesquisa.

Foi entregue a direção da escola os documentos exigidos pela Diretoria de Ensino da Regional a que pertence à instituição, que são: a carta de apresentação, emitida pela UnB, e o encaminhamento para pesquisa, emitido pela Regional de Ensino.

Num segundo momento foi feita a coleta das assinaturas dos termos de consentimento livre e esclarecido dos entrevistados (professores e responsáveis pelos alunos) e marcado juntamente com a direção o melhor dia para a aplicação das entrevistas estruturadas e da observação. Foi ainda solicitada junto a direção a oportunidade de conhecer o Projeto Político Pedagógico da escola, solicitação essa que foi prontamente disponibilizada a pesquisadora. Ficou assim acordado que as entrevistas com os professores seriam individuais com a presença do pesquisador e realizadas no horário da coordenação de acordo com a

disponibilidade de cada um. No acerto feito com os pais das crianças o instrumento também deveria ser individual e que elas seriam acompanhadas por um responsável (pais ou o professor ou a direção da escola) durante a aplicação do instrumento.

No dia marcado para a entrevista com os professores foi frisado novamente a eles a natureza do trabalho e enfatizado a cerca do termo de consentimento livre e esclarecido. Estando eles a par de todas as informações foi então realizada a entrevista com cada um seguindo uma orientação de que as respostas por eles dadas deveriam ser redigidas de próprio punho.

Em outro dia, previamente agendado, foram aplicados as entrevistas com os alunos. A entrevista feita com o aluno cego contou com presença de um profissional da direção, pois a mãe do estudante não pode comparecer a entrevista. Foi a princípio explicado ao estudante a natureza do trabalho bem como tirada todas as dúvidas e sanadas todas as curiosidades a cerca da pesquisa. Foi perguntado a ele se preferia ter as questões em Braille ou se ele gostaria que elas fossem lidas, ele então optou pela leitura das questões pelo entrevistador / pesquisador. Ao ser questionado quanto a forma de registro das respostas, o aluno demonstrou preferência pelo registro a tinta, pelo entrevistador, que se comprometeu em ler todas as respostas do entrevistado para que o mesmo corrigisse-as se necessário e para que também pudesse assim ter certeza da exatidão, na escrita, da sua fala.

Na entrevista feita com o aluno baixa visão, a pessoa que esteve presente durante o processo foi a mãe do entrevistado. Foi então novamente explicitado a ambos a natureza do trabalho e também foram sanadas todas as dúvidas e curiosidades acerca da pesquisa. Também foi perguntado ao entrevistado quanto à forma de abordagem das questões e respostas, a mãe do aluno então se prontificou em redigi-las de próprio punho tendo como base a fala e vivencia do filho na escola. A mãe mostrou-se muito participativa e o aluno, muito tímido, limitou-se a respostas curtas e diretas. A genitora, a todo o momento, instigava o filho a se expressar com mais detalhes e ao redigir as respostas perguntava ao mesmo se concordava com o que ela estava escrevendo, ele sempre se expressou favorável a tudo.

### **3.7- Procedimentos de Análise de Dados**

As entrevistas estruturadas, bem como as anotações feitas durante as observações, foram recorridas e lidas por várias vezes. Os dados coletados por meio das entrevistas foram organizados segundo cada questão, isto é, para cada questão feita organizou-se as respostas

obtidas de cada participante do estudo (Apêndice D – professores e Apêndice E – estudantes). Por meio desse agrupamento de respostas, e fazendo ainda, uso das anotações feitas nas observações, foi possível identificar qual a concepção e postura dos participantes frente aos assuntos contidos nas questões. Posteriormente, organizaram-se categorias de análise dos dados colhidos para melhor compreensão e estudo dos mesmos.

#### IV- RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados obtidos por meio das entrevistas estruturadas foram organizados e subdivididos em categorias. Para cada categoria foi montado um quadro.

As questões das entrevistas estruturadas dos professores regentes foram divididas em quatro categorias distintas, agrupadas segundo a especificidade dos assuntos abordados em cada questão. A primeira categoria diz respeito a identificação com um perfil dos professores participantes da pesquisa. A segunda categoria abordará a percepção que esse profissional tem acerca da inclusão. A terceira categoria trata do atendimento/suporte que esse profissional possui para atender esses estudantes com deficiência visual. A quarta categoria apresentará as sugestões levantadas por esses profissionais concernentes a inclusão e o deficiente visual.

A primeira categoria intitulada de Categoria de Identificação já foi explorada no capítulo anterior, cujos dados foram expressos no Quadro 1.

A segunda categoria apresenta os dados concernentes à percepção que os participantes possuem a cerca da inclusão e está expresso no Quadro 3.

Quadro 3 – Percepção a cerca da inclusão

Categorias	Participantes	
	F 38 bv	F 44 c
Como foi a sua experiência de inclusão do aluno com deficiência visual	Razoável	Ótima (Porque enriqueceu o meu currículo e me fez ver melhor a situação da deficiência visual)
Qual a mudança provocada pelo aluno com deficiência visual em sua sala	Melhor cooperação entre os alunos	Melhor cooperação entre os alunos
Qual o seu sentimento, como professor, de um aluno com deficiência visual.	Desafiado, despreparado	Orgulhoso, desafiado e despreparado (com relação a não ter conhecimento em Braille)
Em sua opinião, quais os benefícios que a inclusão trouxe ao seu aluno com deficiência visual	Socialização	Maior interação entre os alunos e o aluno DV, cooperação e compreensão dos colegas, oportunidade do aluno DV sentir-se como um “igual” entre seus colegas, crescimento da auto-estima

Fonte: entrevista estruturada dos professores participantes.

Quando questionados sobre a sua experiência de inclusão com alunos com deficiência visual, os professores participantes manifestaram uma postura que refletiu muito a resposta dada quanto à opção em se trabalhar com uma turma que tinha um aluno com deficiência visual matriculado, ou seja, enquanto o professor F 44 c achou que foi uma experiência ótima, pois sua opção em se trabalhar com essa turma fora por desejo pessoal, a professora F 38 bv achou que sua experiência foi razoável, pois segundo relato dela mesma não havia uma outra

turma para se trabalhar.

Ambas participantes expressaram que houve mudanças em suas turmas por terem um aluno com deficiência visual inseridos. Tal mudança foi manifestada através de um comportamento imbuído de maior cooperação entre os alunos. Essa mudança de postura manifesta a compreensão que todo ser humano tem de ter acerca de seus pares, visão essa também manifesta nos pensamentos de uma educação exclusivista, fundamentada ainda nos princípios de aceitação das diferenças individuais, bem como na valorização de cada um, por meio da convivência em meio a diversidade humana, fazendo uso de uma aprendizagem pautada pela cooperação. A educação assim favorece o pleno desenvolvimento, a reabilitação e a qualificação profissional das pessoas com deficiência pelo processo de inclusão.

Quando questionados quanto ao sentimento em ser um professor de um aluno com deficiência visual, ambas participantes sentem-se desafiadas e despreparadas. A participante F 44 c justificou o seu despreparo por não ter o conhecimento do Braille, que segundo ela, seria de grande ajuda para a sua intervenção pedagógica em sala, essa professora ainda sente-se orgulhosa por ter ou por poder trabalhar com um aluno com deficiência visual. A professora F 38 bv não justificou suas respostas. Esse dado é importante, pois revela a necessidade de uma formação ou capacitação dos profissionais para que recebam com mais naturalidade os alunos com deficiência visual.

Mantoan (2003), afirma que os entraves a cerca de atitudes negativas levam as pessoas a responderem desfavoravelmente a inclusão escolar e enfatiza que as atitudes dos profissionais da educação, dos pais, dos especialistas em geral são de fundamental importância para o êxito da inclusão social.

A atitude dos docentes é um dos fatores mais importantes para o sucesso da inclusão de um estudante e uma das variáveis que influenciam essa atitude seria a experiência desse professor bem como o treinamento que se teve para se trabalhar com eles. A capacitação dos profissionais bem como o seu aprimoramento, seja ele por meio de palestras ou cursos específicos, não só para professores regentes, mas também para professores de sala de recursos de deficientes visuais/ itinerantes.

Segundo Mantoan (2003), esse treinamento ou preparação não deve se limitar apenas em métodos e em recursos especializados, mas também na orientação que se deve ter para o desenvolvimento de competências e habilidades ampliem as práticas docentes.

Quando questionados quanto aos benefícios que a inclusão trouxe ao estudante com deficiência, ambas enfatizaram os benefícios mais sociais ou humanitários do que realmente

educacional, o bem estar social desses alunos é muito mais evidente ou perceptível do que os ganhos acadêmicos. Segundo Mantoan (2003), o convívio com o outro e o mútuo respeito, reconhecimento e valorização das diferenças é uma experiência essencial à nossa existência humana.

A respeito do atendimento ou da preparação do professor para que esse atendimento aos alunos com deficiência ocorra com eficiência os dados obtidos estão expressos no Quadro 4.

Quadro 4 – Do preparo para se trabalhar com alunos com deficiência visual.

Categorias	Participantes	
	F 38 bv	F 44 c
Qual a sua maior dificuldade para se trabalhar com alunos com deficiência visual?	Não ter jeito para se trabalhar com o DV; falta de material específico; número de alunos em sala de aula.	Inclusão de outras dificuldades na mesma turma; não conhecimento do Braille.
Quanto a orientação para se trabalhar com deficiência visual	Peço orientação a pessoa especializada; aprendo com o dia-a-dia, na prática.	Peço orientação a pessoa especializada; aprendo com o dia-a-dia, na prática; na medida do possível converso com o próprio aluno.

Fonte: entrevista estruturada dos professores participantes.

As respostas a cerca da dificuldade para se trabalhar com estudantes com deficiência visual demonstra mais uma vez a falta de preparo ou da formação continuada específica para se trabalhar com deficiência visual. Vale ainda salientar que a escola em que essas professoras trabalham já recebe a algum tempo crianças com deficiência visual nela funcionou a sala de recursos para o atendimento de alunos com deficiência visual. Esse atendimento ocorreu até o mês de novembro de 2010 e aconteceu nessa mesma escola há pelo menos 12 anos.

Foram salientadas ainda as dificuldades relacionadas ao número de alunos por turma e a presença de crianças com outras deficiências em sala. A professora F 44 c expressou sua dificuldade por haver em sua turma crianças com outras deficiências (principalmente deficiência intelectual) é por esse motivo que a sua turma apresenta um número menor seguindo a estratégia de matrícula com a redução de turma específica para essa modalidade, segundo a professora o aluno com cegueira se beneficiou de uma turma reduzida não por causa de sua deficiência, mas por ter em sua turma a presença de estudantes com deficiência intelectual. A professora F38 bv não tem alunos com outras deficiências, ela só tem um aluno com baixa visão, e como a estratégia de matrícula vigente não prevê redução de turma para alunos com deficiência visual a sua turma apresenta-se com a carga máxima de matrículas.

Ressaltou-se ainda que a presença ou o papel do professor especializado nesse processo de inclusão é de fundamental importância para que o fazer pedagógico aconteça em



sala de aula, segundo orientações especificadas no capítulo 2 do livro “Educação de alunos deficientes visuais em escolas regulares” (HORTON, 1999).

Os dois professores participantes ressaltaram a importância do convívio diário com o aluno com necessidades especiais, sendo que o professor F44 c evidenciou a convivência e a importância do diálogo com o próprio aluno em sala para a construção da prática pedagógica.

No quadro 5 estão relacionadas as sugestões que os professores participantes deram para que a inclusão dos alunos com deficiência visual seja mais eficiente.

**Quadro 5 – Sugestões dos professores participantes**

Categorias	Participantes	
	F 38 bv	F 44 c
Na sua opinião o que precisa ser feito para que a inclusão do deficiente visual seja mais eficiente?	Redução do número de alunos por sala e mais recursos didáticos e que o professor regente seja e esteja preparado para assumir uma turma com a inclusão de DV.	Creio que o professor regente deveria ter conhecimento do Braille, pois facilitaria o trabalho no que diz respeito à correção. Corrigir o erro assim que acontece é bem mais eficiente.
Na sua opinião os alunos com deficiência visual deveriam ter uma escola só para eles? Por quê?	Uma escola inclusiva, mas com um atendimento mais específico em horário contrário	Não. Porque os privaria dos benefícios citados na questão anterior e se estamos numa escola inclusiva não teria sentido.

Fonte: entrevista estruturada dos professores participantes.

No que se refere às sugestões a cerca do processo de inclusão do aluno com deficiência visual foi então identificado que uns dos maiores entraves é com certeza a falta de capacitação/preparo para lidar com alunos com alguma deficiência, no nosso caso, deficiência visual. O desconhecimento específico, segundo relatos dos participantes, dificulta a interação e a intervenção em sala de aula, prejudicando o desenvolvimento pedagógico desses alunos (intervenção direta quando há erros em Braille), e posturas quanto a comportamentos e direcionamentos ao aluno com baixa visão e com cegueira em sala, no que se refere a orientações espaciais, trato individual e relações interpessoais entre ele (aluno com deficiência) e o outro e vice-versa. As duas professoras participantes são unânimes a cerca da importância de uma escola inclusiva e não segregada para esses alunos, mas ressaltam a importância de um preparo maior e de um atendimento individualizado a esses indivíduos abordando ainda o grande ganho social e emocional tanto para os alunos com deficiência como para toda comunidade escolar.

Os dados obtidos por meio das entrevistas estruturadas dos alunos participantes foram organizados em três categorias distintas. A primeira categoria trata da questão da identificação desse indivíduo e já foi explanada no capítulo anterior no Quadro 2. A segunda categoria aborda questões a cerca da percepção que esse aluno com deficiência tem da inclusão. A

terceira categoria refere-se às sugestões dadas por esse aluno para que a inclusão seja mais eficiente.

O Quadro 6 apresenta os dados referentes a percepções que os alunos com deficiência possuem a cerca da inclusão.

**Quadro 6 – Percepções a cerca da inclusão – estudantes participantes**

Categorias	Participantes	
	M 12 bv	M 12 c
Como é para você estudar em uma classe com alunos que enxergam?	Me incomoda; fico constrangido (eu me sinto muito sozinho)	Me incomoda (as vezes é difícil e as vezes é bom; muito material ditado e muito barulho)
Você se sente bem na escola que esta estudando. Por quê?	Pelo lado da minha professora sim, mas pelo lado do lazer não. Eu me sinto muito só eu não tenho colegas	Sim. Os professores são melhores, tem mais colegas, mais gente.
Você já estudou em uma escola especial? Se sim. Como era lá e como é na sua escola hoje? Do que você sente mais falta?	Sim. No CEEDV era ruim por causa do horário. Na minha escola é bom por que é mais perto de casa e a professora é mais interessada. Sinto falta de brincar com meus colegas, porque ninguém brinca comigo, eu me sinto só na escola.	Sim. Era bom lá no CEEDV. Aqui na escola é melhor, tenho mais amigos. Sinto falta das aulas de piscina, ginástica e aulas de música.
Quais são seus melhores amigos na sala? Como ele(s) se chama(m)? Como é o seu relacionamento com seus colegas?	Nenhum. Por que não tenho amigos pra brincar na escola, eu me sinto sozinho. Um relacionamento ruim com os colegas.	João, Felipe e Lucas. Eles são os meus melhores amigos por que me ajudam mais e ficam comigo no recreio, mas não nos sentamos juntos em sala por que conversamos demais. Bom relacionamento com os colegas (todos me ajudam)
Por que você estuda nesta escola?	Por que é mais perto da minha casa e por causa da minha professora que é muito interessada em dar aula pra mim.	Por que me indicaram pra cá. A professora do CEEDV me indicou (essa escola)
O que mudou em sua vida ao vir estudar numa escola com alunos que enxergam?	Eu me sinto muito constrangido com meus colegas por que eles não me enxergam e nem me ajudam	Minha vida melhorou. Agora tenho mais colegas que no CEEDV, lá era só seis e também eu tenho mais aulas diferentes (Ciência em Foco, geografia, história)
Você recebe algum atendimento específico para deficientes visuais em sua escola	Sim. Com a professora da sala de recursos de DV que é muito dedicada comigo, e na sala de aula com a professora que é muito dedicada comigo também	Sim. De itinerancia e atendimento de sala de recursos de DV.

Fonte: entrevista estruturada os alunos participantes

As respostas acerca do porque estudar na escola pesquisada, bem como se eles se sentem bem em estar matriculados nela, e como é estudar em uma classe com alunos que não possuem deficiência visual e como é o relacionamento com os colegas percebemos que pelas respostas dadas pelo M12bv, apesar de ele estar numa instituição mais próxima de casa, o que facilitou o acesso e o aumento da frequência em sala de aula, algo não evidenciado na escola especial, o seu relacionamento com os colegas é superficial e quase inexistente. Ele se sente constrangido e sozinho, apesar de reconhecer o esforço e empenho da professora regente. Se

nos remetermos ao texto de Laplane e Batista (2008. p.03) em que diz:

“[...] o desenvolvimento e a aprendizagem ocorrem no espaço privilegiado constituído pelas relações sociais, no espaço em que os seres humanos interagem entre si e com os objetos do mundo.”

Tendo como base o exposto acima podemos então dizer que o atraso na escolaridade evidenciado neste aluno, que segundo relatório psicopedagógico do CEEDV também apresenta atraso no desenvolvimento cognitivo, também pode ser justificado pela falta de convívio e entrosamento com seus pares, dentro do contexto escolar. Segundo informações dadas pela genitora, o aluno não procura se entrosar com os colegas, mostrando-se sempre retraído e tímido.

O aluno M12 c, ao contrário, mostrou-se bastante positivo, relatando os benefícios sociais de se estudar nesta escola. Ele demonstrou incomodo por estudar nela, justificando-se que o motivo estaria no excesso de barulhos em sala e por muitas vezes a professora ter que ditar várias atividades, mas que foi muito bom poder estar ali, pois neste lugar ele tem mais colegas e o seu convívio com seus pares é mais freqüente e prazeroso.

Quando questionados se já estudaram em uma escola especial, e se sentem falta dessa escola, bem como o que mudou ao vir para uma escola regular e se recebiam algum atendimento específico para deficientes visuais o aluno M12bv relatou que estudou em escola especial, mas que tinha dificuldades por causa da distância e que apesar de não ter um bom relacionamento com os colegas a escola atual é melhor. Ele ainda recebe o apoio da sala de recursos de deficiência visual. Percebe-se que a maior dificuldade desse aluno é com relação ao seu convívio com os outros alunos e da percepção de si mesmo (questão da identidade e de pertença). Amiralian, (2004) em seu texto faz referencia a uma pesquisa realizada no Laboratório Interunidades para o Estudo das Deficiências – LIDE, na Universidade de São Paulo. Nessa pesquisa constatou-se que a limitação visual interfere no desenvolvimento e na organização da personalidade, o texto então relata:

“[...] Tanto os professores, alunos e comunidade escolar, como os pais e todas as pessoas com quem esses alunos convivem, parecem só conhecer duas possibilidades de ser: se cego ou ser daqueles que enxergam. Por essa razão, suas dificuldades de aprendizagem ou afetivo-emocionais raramente são relacionadas à condição de dificuldades de percepção visual, mas tratadas como outros problemas.”

Essa falta de identificação do aluno como baixa visão gera um deslocamento da real problemática desse indivíduo para outras áreas. Segundo o estudo essa ausência de clareza da

forma de percepção desses indivíduos faz com que se considerem as dificuldades da criança como decorrentes de incapacidades pessoais, sendo ainda enquadradas como ineficiências mentais ou até mesmo falta de vontade própria. (AMIRALIAN, 2004)

O aluno M12 c também estudou em uma escola especial e expressou sentir falta das aulas práticas e desportivas, mais uma vez mostrou-se satisfeito por estar numa escola regular, alegando que seu convívio com outras crianças é muito melhor, benéfico e prazeroso. Ele também é assistido por um profissional especializado que lhe dá o suporte necessário no Braille e no sorobã.

No Quadro 7 estão relacionados dos dados a cerca das sugestões para que a inclusão seja mais eficiente.

**Quadro 7 – Sugestões – estudantes participantes**

Categorias	Participantes	
	M 12 bv	M 12 c
Na sua opinião tem alguma coisa que poderia ser feito para que você possa aprender mais?	Eu gostaria muito que eu tivesse aulas de reforço por mais algumas horas ou aulas de Braille e brincar muito mais	O uso do computador em sala de aula (not book); o acesso ao laboratório de informática da escola; que tivesse um laboratório para Ciência em Foco; salas temáticas.
O que você gostaria que tivesse em sua escola que ainda não tem?	Amigos para brincar comigo. Me sinto muito sozinho. Preciso brincar mais não brincam comigo	Laboratório de Ciência em Foco, aulas de música, uma quadra de futebol

Fonte: entrevista estruturada os alunos participantes

Ao serem abordados quando a sugestões para que o desenvolvimento e convívio na escola regular fossem melhores, o aluno M12bv mais uma vez mostrou-se insatisfeito pela sua condição de isolamento, expressando sua tristeza e desejo em ter amigos e enfatizou um melhor acompanhamento pedagógico para o seu desenvolvimento intelectual. O aluno M12c enfatizou a possibilidade de acesso ao material tecnológico da escola (laboratório de informática) justificando ainda que se pudesse utilizar o not book em sala seu rendimento e aproveitamento seriam muito melhor, faz ainda, referencia aos atendimentos que tinha na escola especial, demonstrando desejo de tê-los em sua escola atual.

## **V- CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Essa pesquisa procurou compreender como ocorre o processo de inclusão de alunos com deficiência visual (baixa visão e cegueira) em uma determinada escola do ensino fundamental de nove (9) anos da rede pública de ensino do Distrito Federal na Região Administrativa III, bem como identificar a percepção que esses alunos e professores regentes possuem a cerca dessa inclusão. Tendo como base os dados coletados ao longo dessa pesquisa, identificaram-se pontos positivos sobre a inclusão de alunos com deficiência visual nessa unidade de ensino. De uma forma geral a presença do deficiente visual em sala é positiva e benéfica, no ponto de vista do professor e também do aluno com deficiência. Para esse profissional, a deficiência visual não é empecilho para o bom andamento e desenvolvimento acadêmico desse aluno em sala. Os mesmos ainda declaram que esses alunos possuem o mesmo potencial de aprendizagem que os outros e atribuem o fracasso ou atraso escolar decorrentes de ações pedagógicas erradas ou inadequadas a esses indivíduos e a falta de preparo/conhecimento do professor regente e inexperiência com essa realidade em sala.

Porém, o fato de terem uma postura positiva e otimista a cerca da inclusão escolar do aluno com deficiência visual não tem se mostrado suficiente para a promoção de um trabalho profícuo nessa escola. A falta de capacitação (curso) e de conhecimento por parte dos professores regentes e dos coordenadores é fator que contribui para que esse trabalho apresente-se diminuto. Na verdade não há, na escola, uma proposta que vise à inclusão e permanência desses alunos.

Para o aluno cego a inclusão tem se mostrado benéfica, a nível social (novos amigos, novas experiências sociais), mas ainda apresenta entraves a nível pedagógico e didático (acompanhamento do professor regente, material didático adaptado, equipamentos adequados e adaptados, etc.), para o aluno com baixa visão a inclusão não se mostrou benéfica a nível social (aluno muito tímido e retraído), pois, segundo ele, não se criou vínculo fraterno entre os colegas de classe. Esse fato pode ser explicado ou compreendido na medida em que percebemos que a própria postura do aluno na busca em se travar relações com o outro é ausente, apresentando ainda baixa auto estima. Além desse fato, esse aluno possui relatórios de duas equipes da secretaria que atestam condições e situações incoerentes. Primeiramente uma equipe atesta que o aluno apresenta deficiência intelectual associada a baixa visão necessitando portanto de acompanhamento por uma equipe de apoio a aprendizagem;

enquanto a segunda equipe não reconhece esse diagnóstico. Este fato tem causado confusão e insatisfação aos professores (regente e sala de recursos de DV) prejudicando dessa maneira o trabalho com o mesmo.

Por fim, a realização desse trabalho permitiu concluir que, embora a Unidade de Ensino pesquisada não evidencie resistência na inclusão de alunos com deficiência visual, ainda podem-se encontrar alguns obstáculos para o bom andamento e desenvolvimento global desses indivíduos inclusos.

Sugere-se, portanto, a promoção de palestras, seminários e cursos para a capacitação dos profissionais, bem como a criação e implantação de um projeto específico voltado para o recebimento, acolhimento e atendimento dos alunos com deficiência, seja ela qual for. É de fundamental importância que se revejam as regras que orientam o documento que trata da montagem de turmas da Secretaria de Educação do Distrito Federal, (Estratégia de Matrícula), pois segundo os professores entrevistados uma das dificuldades em se acompanhar e atender com eficiência esses alunos com deficiência é a quantidade de alunos por turma. Segundo esse documento (Estratégia de Matrícula 2010) os alunos com deficiência visual não possuem redução no número de alunos por turma. É importante ainda que os alunos com deficiência visual tenham um acompanhamento mais eficiente com as equipes multidisciplinares (psicopedagogas, psicólogas, orientadoras e outros que se fizerem necessário), para que assim, esse aluno possa de fato, ser beneficiado em todos os aspectos dessa inclusão.

## REFERÊNCIAS

- ALARCÃO, I. **Escola reflexiva e nova racionalidade**. Porto Alegre: Artmed, 2001.
- AMARALIAN, Maria Lúcia Toledo Moraes. **Sou cego ou enxergo? As questões da baixa visão**. In.: Revista Educar, Curitiba, n 23, p. 15 18, 2004. Editora UFPR.
- BAUTISTA, Rafael (org). **Necessidades Educativas especiais**. 2ª edição. Lisboa: Denalivro, 1997.
- BERTOL, Danieli Pagliarini. **Alunos especiais no ensino regular: qual a percepção desses alunos acerca dessa inclusão escolar?** Disponível em [HTTP://intersaberes.grupouninter.com.br/5/index.php](http://intersaberes.grupouninter.com.br/5/index.php). Acessado em 10/01/11 às 10:18.
- BRASIL. **Alunos Cegos e com baixa visão – orientações curriculares**. Brasília: MEC, 2008.
- \_\_\_\_\_. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB 2/2001. Diário Oficial da União, Brasília, 14 de Setembro de 2001. Seção 1E, p. 39-40.
- \_\_\_\_\_. CONSTITUIÇÃO FEDERAL DO BRASIL DE 1988, disponível em: [www.planalto.gov.br/.../constituicao/constituicao](http://www.planalto.gov.br/.../constituicao/constituicao). Acessado em 01.06.10 as 21:05.
- \_\_\_\_\_. **Diretrizes Nacionais Para Educação Especial Na Educação Básica**. Brasília MEC/SEESP, 2001.
- \_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LBDEN, Nº. 9394**, disponível em: [www.ufrpe.br/download.php?endArquivo=noticias/4248\\_LDB.pdf](http://www.ufrpe.br/download.php?endArquivo=noticias/4248_LDB.pdf). Acessado em 27.05.10 às 20:19.
- \_\_\_\_\_. **Saberes e práticas da inclusão: recomendações para a construção de escolas inclusivas**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005.
- \_\_\_\_\_. **Salas de Recursos Multifuncionais: Espaço para Atendimento Educacional especializado**. Brasília MEC/SEESP, 2006.
- BRASÍLIA. **Deficiência visual – Orientações pedagógicas**. Brasília: SEDF, 2006.
- \_\_\_\_\_. **O acesso de alunos com deficiência à escolas e classes comuns da rede regular**. Ministério Público Federal: Fundação Procurador Pedro Jorge de Melo e Silva (org.). 2ª edição revista e atualizada. Brasília: Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, 2004.
- COLL, César; PALACIOS, Jesus; MARCHESI, Álvaro. **Desenvolvimento Psicológico e Educação – Necessidades educativas Especiais e Aprendizagem Escolar**. V.3, Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- DECLARAÇÃO DE SALAMANCA e linhas de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: CORDE, 1994.

DISTRITO FEDERAL. **Plano Orientador das ações Educação Especial nas Escolas Públicas do DF**, MEC/SEC/DF, Brasília-DF, 2006.

GASPARETTO, Maria Elisabete R.F, TEMPORINE, Edméa R., CARVALHO, Keila Mirian M., KARÁ-JOSÉ, Newton. **O ALUNO Portador de visão subnormal na escola regular: desafio para o professor?** Disponível em: <HTTP://www.scielo.br/pdf/abo/v64n1/9124.pdf>, em 10/03/11.

GOFFREDO, Vera Lúcia Flor S. **Educação especial: tendências atuais**. Brasília: Associação de Comunicação Educativa. Brasília: Roquete Pinto, 1999.

HORTON, J. Kirk. **Educação de alunos deficientes visuais em escolas regulares**. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1999.

KELMAN, Celeste Azulay [et al]. **Desenvolvimento humano, educação e inclusão escolar**. Coordenação de Diva Albuquerque e Silviane Barbato. Brasília: Editora UnB, 2010.

LAPLANE, Adriana Lia de F., BATISTA, Cecília Guarneiri. **Ver, não ver e aprender: a participação de crianças com baixa visão e cegueira na escola**. Disponível em: <HTTP://www.scielo.br/pdf/ccedes/v28n75/v28n75a05.pdf>. Acessado em: 10/03/11.

MACIEL, Maria Regina Cazzaniga. **Portadores de deficiência e a questão da inclusão social**. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102>. Acesso em 15/02/11 as 10:15.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

\_\_\_\_\_. **A integração de pessoas com Deficiência**. São Paulo: Senac, 1997.

\_\_\_\_\_. **Inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças**. Nova Escola On-line. Índice de edição 182. Maio de 2005.

MARINHO – ARAÚJO, Claisy. **Psicologia Escolar: Construção e Consolidação da identidade profissional**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2005.

RECHIO, Cinara Franco; FORTES, Vanessa Gadelha (org). **A educação e a inclusão contemporaneidade**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2008.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 4ª edição. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SOUZA, Amaralina Miranda de. **Educação Inclusiva**. Modulo 4 – Fascículo 1/2 , Brasília: CFORM. 2008.

TAVEIRA, Cristiane Correia. **Representações sociais de professores sobre a inclusão de alunos com deficiência em turmas regulares**. Revista Benjamim Constant. Edição 39, abril de 2008.



## APÊNDICE A

### Entrevista estruturada dos professores



Universidade de Brasília – UnB  
Instituto de Psicologia – IP  
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED  
Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar



**Obs: as entrevistas aplicadas estavam com 3 linhas para respostas**

### ENTREVISTA ESTRUTURADA PROFESSOR REGENTE

Sexo: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_

Tempo de serviço na Secretaria de educação: \_\_\_\_\_

Grau de instrução:

( ) Superior completo. Qual a área: \_\_\_\_\_

( ) Pós-graduação. Qual a área: \_\_\_\_\_

( ) Mestrado. Qual a área: \_\_\_\_\_

( ) Doutorado. Qual a área: \_\_\_\_\_

1) A quantos anos leciona no Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)?

( ) de 1 a 5 anos ( ) de 6 a 11 anos

( ) de 12 a 17 anos

( ) outros:

2) Possui algum curso dentro da área do Ensino Especial? Qual (is)?

( ) Braille ( ) Sorobã

( ) Baixa visão ( ) AEE

( ) Outros:

2.1) Qual a instituição de realização do (s) curso (s):

( ) EAPE / SE – DF

( ) Escola de Extensão – UnB

( ) Outros:

3) Você já trabalhou com deficientes visuais?

( ) Não

( ) Sim. Por quanto tempo?

4) Como foi essa experiência de inclusão desse aluno deficiente visual? Justifique sua resposta:

( ) horrível. ( ) razoável

( ) boa ( ) bom, só para ele que esta sendo incluído

( ) ótima

( ) outros Por que?

5) A opção de se trabalhar com uma turma com um aluno deficiente visual foi por que:

( ) desejo pessoal ( ) necessidade por causa do horário de regência.

( ) não havia outra turma ( ) curiosidade



## APÊNDICE B

### Entrevista estruturada dos alunos



Universidade de Brasília – UnB  
Instituto de Psicologia – IP  
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED  
Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar



---

**Obs: as entrevistas aplicadas estavam com 3 linhas para respostas**

---

### ENTREVISTA ESTRUTURADA

#### ALUNO DEFICIENTE VISUAL

Sexo: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_

Série que está cursando: \_\_\_\_\_

Escola: \_\_\_\_\_

1) Você já estudou no CEEDV?

(        ) sim                      (        ) não

1.2) Se sim. Como era no CEEDV e como é na sua escola hoje?

1.3) Do que você sente mais falta?

2) Você se sente bem na escola que está estudando? Por que?

3) Por que você estuda nesta escola?

4) Como é para você estudar em uma classe com alunos que enxergam / videntes?

(        ) me incomoda

(        ) não me importo

(        ) fico constrangido

(        ) tanto faz

(        ) outros:

5) Na sua opinião tem alguma coisa que poderia ser feito para que você possa aprender mais?

6) Quais são seus melhores amigos na sala? Com ele(s) se chama(m)?

6.1) Como é seu relacionamento com seus colegas?

(        ) bom

(        ) regular

(        ) ruim

7) O que você gostaria que tivesse em sua escola que ainda não tem?

8) O que mudou em sua vida ao vir estudar numa escola com alunos que enxergam?

9) Você recebe algum atendimento específico para deficientes visuais em sua escola?

## APÊNDICE C

### Roteiro de observação

ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO DA AULA – SALA DE AULA - ADAPTADO –

MARINHO-ARAÚJO, Claisy. Psicologia escolar: construção e consolidação da identidade profissional. Campinas, SP: Editora Alínea, 2005.

ESCOLA: \_\_\_\_\_

ALUNO: \_\_\_\_\_

Professor regente: \_\_\_\_\_

DATA da observação: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Espaço de observação:

( ) sala regular      ( ) sala de recursos      ( ) pátio – hora do recreio

( ) refeitório      ( ) educação física

Tempo de observação: Início :\_\_\_\_\_ Termina: \_\_\_\_\_

- a) Como se comportam os alunos da turma em relação ao Deficiente visual ?
- b) Em que local da sala se posiciona o aluno deficiente visual?
- c) O aluno DV responde às questões feitas pela professora durante a aula?
- d) Ele inicia conversação com os colegas que estão próximos – conversa paralela
- e) Os colegas de classe iniciam conversas com esse aluno?
- f) O professor regente se dirige ao aluno DV, pergunta, conversa, olha sua produção?
- g) O aluno DV participa, faz questões à professora regente? Se isto aconteceu, de que forma?
- h) Como se comportam o aluno DV durante as explicações da professora regente?
- i) Tem algum outro aluno com necessidades educacionais especiais em classe? Se tiver onde ficam sentados?
- j) Como é o relacionamento da professora-regente com os alunos com NEE? E com os demais alunos?
- k) A professora dispõe de algum recurso didático pedagógico em sala para esse aluno DV? Qual (is)?
- l) Durante as explicações da professora, como os alunos interagem?
- m) Como são explorados os materiais didáticos gerais? Os alunos, o DV, têm acesso a eles? Como são feitos esses materiais?
- n) O professor Itinerante de DV tem acesso a sala de aula?
- o) A disposição das carteiras contribui no processo de aprendizagem e de interação dos alunos com NEE com os demais?
- p) Os alunos sabem trabalhar em grupo com o aluno DV?
- q) Durante a aula, existe preocupação por parte da professora regente em possibilitar uma maior participação por parte de todos os alunos, inclusive o aluno DV?

## **APÊNDICE D**

### **Respostas dos questionários dos professores**

- 1) A quantos anos leciona no Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)?  
F 44 c – 26 anos  
F 38 bv – 18 anos
- 2) Possui algum curso dentro da área do Ensino Especial? Qual (is)? Qual a instituição de realização do (s) curso (s)?  
F 44 c – Educação Inclusiva – pela UnB (escola de Extensão)  
F 38 bv – Equoterapia – ANDE - Brasil
- 3) Você já trabalhou com deficientes visuais?  
F 44 c – sim – Há um ano  
F 38 bv – não
- 4) Como foi essa experiência de inclusão desse aluno deficiente visual? Justifique sua resposta:  
F 44 c – ótima. (Porque enriqueceu o meu currículo e me fez ver melhor a situação da deficiência visual)  
F 38 bv – razoável
- 5) A opção de se trabalhar com uma turma com um aluno deficiente visual foi por que:  
F 44 c – desejo pessoal  
F 38 bv – não havia outra turma
- 6) A presença de um aluno deficiente visual provocou mudanças em sua turma:  
F 44 c – melhor cooperação entre os alunos  
F 38 bv – melhor cooperação entre os alunos
- 7) Qual a sua maior dificuldade para se trabalhar com o deficiente visual?  
F 44 c – outros (Inclusão de outras dificuldades na mesma turma, não conhecimento do Braille)  
F 38 bv – não ter jeito para se trabalhar com o DV; falta de material específico; número de alunos em sala de aula.
- 8) Quanto a orientação para o trabalho com o deficiente visual:  
F 44 c – peço orientação a pessoa especializada; aprendo com o dia-a-dia, na prática; na medida do possível, converso com o próprio aluno  
F 38 bv – peço orientação a pessoa especializada; aprendo com o dia-a-dia, na prática.
- 9) Como você se sente sendo um professor de um aluno deficiente visual:  
F 44 c – orgulhoso; desafiado; despreparado (com relação a não ter conhecimento em Braille)  
F 38 bv – desafiado; despreparado
- 10) Na sua opinião o que precisa ser feito para que a inclusão do deficiente visual seja mais eficiente?

F 44 c – Creio que o professor regente deveria ter conhecimento do Braille, pois facilitaria o trabalho no que diz respeito à correção. Corrigir o erro assim que acontece é bem mais eficiente.

F 38 bv – Redução do número de alunos por sala e mais recursos didáticos e que o professor regente seja e esteja preparado para assumir uma turma com a inclusão de DV.

11) Na sua opinião quais o benefícios que a inclusão trouxe ao seu aluno DV?

F 44 c – Maior interação entre os alunos e o aluno DV, cooperação e compreensão dos colegas, oportunidade do aluno DV sentir-se como um “igual” entre seus colegas, crescimento da auto-estima.

F 38 bv – Socialização

12) Na sua opinião os alunos deficientes visuais deveriam ter uma escola só para eles? Por que?

F 44 c – Não, porque os privaria dos benefícios citados na questão anterior e se estamos numa escola inclusiva não teria sentido.

F 38 bv – Uma escola inclusiva, mas com um atendimento mais específico em horário contrário.

## APÊNDICE E

### Respostas do questionário dos alunos

- 1) Você já estudou no CEEDV? Se sim. Como era no CEEDV e como é na sua escola hoje? Do que sente mais falta?  
M 12 c – Sim. Era bom lá no CEEDV. Aqui na escola é melhor, tenho mais amigos. Sinto falta das aulas de piscina, ginástica e aulas de música.  
M 12 bv – Sim. No CEEDV era ruim por causa do horário. Na minha escola é bom por que é mais perto de casa e a professora é mais interessada. Sinto falta de brincar com meus colegas, porque ninguém brinca comigo, eu me sinto muito só na escola.
- 2) Você se sente bem na escola que está estudando? Por que?  
M 12 c – Sim. Os professores são melhores, tem mais colegas, mais gente.  
M 12 bv – Pelo lado da minha professora sim, mas pelo lado do lazer não. Eu me sinto muito só eu não tenho colegas.
- 3) Por que você estuda nesta escola?  
M 12 c – Por que me indicaram para cá. A professora do CEEDV me indicou (essa escola)  
M 12 bv – Porque é mais perto da minha casa e por causa da minha professora que é muito interessada em dar aula pra mim!
- 4) Como é para você estudar em uma classe com alunos que enxergam / videntes?  
M 12 c – me incomoda; outros (as vezes é difícil, e as vezes é bom; muito barulho, muito material ditado)  
M 12 bv – me incomoda; fico constrangido; outros (eu me sinto muito sozinho na escola)
- 5) Na sua opinião tem alguma coisa que poderia ser feito para que você possa aprender mais?  
M 12 c – O uso do computador em sala de aula (not book); o acesso ao laboratório de informática; que tivesse um laboratório para o Ciência em Foco; salas temáticas.  
M 12 bv – Eu gostaria muito que eu tivesse aulas de reforço por mais algumas horas ou aulas de braille e brincar muito também.
- 6) Quais são seus melhores amigos na sala? Com ele(s) se chama(m)? Como é seu relacionamento com seus colegas?  
M 12 c – João, Felipe e Lucas. Eles são os meus melhores amigos porque me ajudam mais e ficam comigo no recreio, mas não nos sentamos juntos em sala por que conversamos demais. Bom relacionamento com os colegas (todos me ajudam)  
M 12 bv – Nenhum. Porque não tenho amigos pra brincar na escola, eu me sinto sozinho. Um relacionamento ruim com os colegas.
- 7) O que você gostaria que tivesse em sua escola que ainda não tem?  
M 12 c – Laboratório de Ciência em Foco, aulas de música, uma quadra para jogar futebol.  
M 12 bv – Amigos para brincar comigo. Me sinto muito sozinho! Preciso brincar mais não brincam comigo. Eu preciso!

- 8) O que mudou em sua vida ao vir estudar numa escola com alunos que enxergam?  
M 12 c – Minha vida melhorou. Agora tenho mais colegas que no CEEDV, lá era só 6 e também tenho mais aulas diferentes (Ciência em Foco, geografia, história)  
M 12 bv – Eu me sinto muito constrangido com meus colegas porque eles não me enxergam e nem me ajudam.
- 9) Você recebe algum atendimento específico para deficientes visuais em sua escola?  
M 12 c – Sim. De itinerância e atendimento de sala de recursos de DV  
M 12 bv – Sim. Com a professora da sala de recursos de DV que é muito dedicada comigo, e na sala de aula com a professora que é muito dedicada comigo também.



## ANEXO 1

### A - Carta de apresentação



Universidade de Brasília – UnB  
Instituto de Psicologia – IP  
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED  
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PG-PDS  
Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar



A(o) Diretor(a)

Escola....

De: Profa. Dra. Diva Albuquerque Maciel

Coordenadora Geral do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

Assunto: **Coleta de Dados para Monografia**

Senhor (a), Diretor (a),

A Universidade Aberta do Brasil - Universidade de Brasília está em processo de realização da 1ª oferta do curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, do qual seis dentre as 20 turmas ofertadas são de professores e educadores da rede pública do DF (polos UAB-UnB de Santa Maria e Ceilandia), **além de alunos inscritos em outros pólos, mas que atuam nesta rede**. Finalizamos agora a 1ª fase do curso e estamos iniciando a Orientação de Monografia.

É requisito parcial para a conclusão do curso, a realização de um estudo empírico sobre tema acerca da inclusão no contexto escolar, cujas estratégias metodológicas podem envolver: entrevista com colegas, pais ou outros participantes; observação; e análise documental.

A realização desses trabalhos tem como objetivo a formação continuada dos professores/servidores da rede pública, subsidiando-os no desenvolvimento de uma prática pedagógica refletida e transformadora, tendo como consequência uma educação inclusiva.

Informo que foi autorizado pela Secretaria de Educação por meio do ofício nº. .... DEM datado de **28/10/2010**, a realização das coletas de dados para as pesquisas na Rede Pública de Ensino do Distrito Federal.

O trabalho será realizado pelo Professor/cursista ..... sob orientação,..... cujo tema é: ....., possa ser desenvolvido na escola sob sua direção.

Desde já agradeço, colocando-me a disposição de Vossa Senhoria para maiores esclarecimentos nos telefones. (061) ou por meio dos e-mails:

Atenciosamente,

**Diva Albuquerque Maciel**

Coordenadora Geral do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

## B - Termo de Consentimento livre e esclarecido - professores



Universidade de Brasília – UnB  
Instituto de Psicologia – IP  
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED  
Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar



### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Senhores Professores,

Sou orientando do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil- Universidade de Brasília (UAB- UnB) e estou realizando um estudo sobre POLÍTICAS DE INCLUSÃO NA ÁREA DA DAFICIENCIA VISUAL NA PERSPECTIVA DOS PROFESSORES E ALUNOS. Este estudo poderá fornecer às instituições de ensino subsídios para o planejamento de atividades, com vistas à promoção de condições favoráveis ao pleno desenvolvimento dos alunos em contextos inclusivos e, ainda, favorecer o processo de formação continuada dos professores neste contexto de ensino.

Constam da pesquisa observação dentro de sala de aula e do espaço físico da mesma, entrevista (questionário) com alunos deficientes visuais, e entrevistas (questionário) com professores regentes de alunos deficientes visuais. Para isso, solicito sua autorização para participação no estudo.

Esclareço que esta participação é voluntária. Você poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar, sem que isto lhe acarrete qualquer prejuízo. Asseguro-lhe que sua identificação não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o(a) senhor(a) poderá me contatar pelo telefone (61) 9962 2050 ou no endereço eletrônico gbukvar@hotmail.com. Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente,

Glauciane de Sousa Neves Bukvar

Orientanda do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar UAB – UnB

---

Concorda em participar do estudo? ( ) Sim ( ) Não

Nome: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

E-mail (opcional): \_\_\_\_\_

## C - Termo de Consentimento livre e esclarecido – Pais



Universidade de Brasília – UnB  
Instituto de Psicologia – IP  
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED  
Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar



### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Senhores pais,

Sou orientando do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil- Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre POLÍTICAS DE INCLUSÃO NA ÁREA DA DAFICIENCIA VISUAL NA PERSPECTIVA DOS PROFESSORES E ALUNOS. Este estudo poderá fornecer às instituições de ensino subsídios para o planejamento de atividades, com vistas à promoção de condições favoráveis ao pleno desenvolvimento dos alunos em contextos inclusivos e, ainda, favorecer o processo de formação continuada dos professores neste contexto de ensino.

Constam da pesquisa observação dentro de sala de aula e do espaço físico da mesma, entrevista (questionário) com alunos deficientes visuais, e entrevistas (questionário) com professores regentes de alunos deficientes visuais. Para isso, solicito sua autorização para participação no estudo.

Esclareço que esta participação é voluntária. Você poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar, sem que isto lhe acarrete qualquer prejuízo. Asseguro-lhe que sua identificação não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o(a) senhor(a) poderá me contatar pelo telefone (61) 9962 2050 ou no endereço eletrônico gbukvar@hotmail.com. Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente,

Glauceane de Sousa Neves Bukvar

Orientanda do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar  
UAB – UnB

---

Concorda em participar do estudo? ( ) Sim ( ) Não

Nome: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

E-mail (opcional): \_\_\_\_\_